

A MEMÓRIA, A HISTÓRIA DA MEMÓRIA E OUTRAS HISTÓRIAS AO LONGO DA ESTRADA REAL

Celia Regina Pereira de Toledo Lucena¹

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre memórias coletadas ao longo da Estrada Real, no percurso de Paraty a Tiradentes. Os valores culturais superpostos em múltiplas camadas de tempo, são representações por meio das quais os moradores percebem a identidade dos lugares. Experiências são vividas e praticadas à base de resíduo cultural e social. A viagem reforça um aprendizado por meio de histórias ouvidas e lidas em livros de memorialistas, fazendo um uso eloquente de repetição em diferentes linguagens. As vozes ouvidas evocam não apenas a memória, mas a história da memória, a maneira pelas quais os significados do passado foram sendo construídos no presente. O conteúdo narrado revela vínculos entre escravizados, cachaça e a Estrada Real. Os lugares selecionados para estudo, entre eles, Paraty, Cruzília e Tiradentes, expressam sentimentos de pertencimento e de continuidade aos valores do passado.

Palavras-Chave: Estrada Real. Cachaça. Escravizados. Memória. História da Memória.

Abstract: This article proposes a discussion of memories collected along the Estrada Real, on the way from Paraty to Tiradentes. Cultural values superimposed on multiple layers of time are representations through which residents perceive the identity of places. Experiences are lived and practiced based on cultural and social residue. The trip reinforces learning through histories heard and read in books by memorialists, making eloquent use of repetition in different languages. The heard voices evoked not only memory, but the history of memory, the way in which the meanings of the past were constructed in the present. The narrated content reveals links between slaves, cachaça and the Estrada Real. Places selected for study, including Paraty, Cruzília and Tiradentes, expressed feelings of belonging and continuity with the values of the past.

Keywords: Estrada Real. Cachaça. Enslaved. Memory. History of Memory

¹ Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, FFLCH/USP. Defendeu doutorado em 1997, em história Social, pela PUC/SP. Atua com pesquisas e publicações no campo da cultura, sobre os temas: migrações, memória, alimentação, identidade, cidade. Mediadora do GEMI (Grupo de Estudos Migrações e Identidade). CERU/USP. Integrante da comissão editorial dos Cadernos CERU/USP. Pertence ao Comitê Científico da Associação Brasileira de História Oral. E membro da International Oral History Association. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0651-5630> . E-mail: celialucena@usp.br.

Apresentação

Caminhos, trilhas, povoados e cidades têm muitas histórias. Nem sempre se reconhece essa multiplicidade, pois pensar a relação entre povoações e os caminhos que as interligam, não constitui uma tarefa fácil. Este artigo é uma reflexão sobre a Estrada Real, tendo como recorte o trecho denominado Caminho Velho. Cabe iniciar apresentando tais caminhos que possibilitaram um trânsito do litoral à região das Gerais. A descoberta do ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais provocou um movimento cultural que perpassou territórios, práticas culturais, dinamizou os modos de vida, possibilitou o surgimento de cidades e povoações, transformando cenários desde litoral fluminense até a região mineradora.

Trilhas e caminhos sugeriram a circulação em duplo sentido, entre a região mineradora e o litoral fluminense, ou seja, a partir de Vila Rica e Diamantina aos portos de Paraty e Rio de Janeiro. O deslocamento do ouro da região de Vila Rica ao porto de Paraty foi realizado, inicialmente, pelas trilhas do Caminho Velho, mais tarde esse acesso passou a ser realizado diretamente à cidade do Rio de Janeiro, sendo denominado Caminho Novo.

Pela altura do ano de 1725, cavalos e mulas de carga tinham substituído, em grande escala, os escravos negros e ameríndios no transporte de mercadorias entre Rio de Janeiro e Vilas mineiras (BOXER, 1969, p. 323).

Em meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa decidiu oficializar os Caminhos (Velho, Novo e dos Diamantes) para o trânsito do ouro e dos diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro, as trilhas que foram delegadas pela realeza ganharam o nome de Estrada Real. Caminhos oficiais eram sugeridos para o escoamento da exploração de minérios, com intuito de reduzir o uso de rotas alternativas e facilitar a fiscalização da cobrança de impostos sobre as mercadorias transportadas. A trilha que conduzia os diamantes de Diamantina a Vila Rica, era conhecido como Caminho dos Diamantes. Alguns trechos dos Caminhos ainda se encontram preservados, com calçamento original.

FIGURA 1- Estrada Real



Fonte: Tiradentes.net/estradaareal.htm, 2022

Por essas rotas desciam as tropas com o ouro que era embarcado nos portos de Paraty e Rio de Janeiro para ser transferido à Europa. No sentido contrário eram conduzidos escravizados e necessidades de que os sertões das Minas eram carentes, tais como sal, tecidos, obras de arte, ferramentas (Leão, 2018). No auge da mineração esses caminhos foram percorridos por paulistas, baianos, pernambucanos, europeus, tropeiros, boiadeiros, sertanistas, escravizados negros, índios, mascates, administradores reais, homens do fisco, sodados e milícias (SANTOS, 2012).

Pelo Caminho Velho, o porto de Paraty se comunicava com as rotas de bandeirantes paulistas do Vale do Paraíba, desde 1645, já havia povoações sedimentadas como Taubaté e, seis anos mais tarde, Guaratinguetá. Esta era uma rota obrigatória para quem vinha de São Paulo com destino às Minas Gerais (LEÃO, 2006, p. 17).

O trecho do Caminho entre o Rio Paraíba e Rio de Janeiro foi concluído em 1700 e, em 1704, atingiu a Mantiqueira, na região de Barbacena, onde o Caminho Novo se uniu ao Velho (MELLO, 2018). Com o surgimento da ferrovia em 1864, com os trilhos da ferrovia

de Barra de Pirai², desembocando diretamente no Rio de Janeiro, reduziu o movimento na Estrada Real e levou a cidade de Paraty a um isolamento. A partir do tombamento, em 1968, seu legado histórico adquire visibilidade sendo convertido em atrativo turístico.

Em 1999 foi criado o Instituto Estrada Real³, com a proposta de fomentar e organizar o produto turístico Estrada Real. Essa proposta vem trazendo visitantes de inúmeras regiões nacionais e internacionais a desbravar os Caminhos. O projeto de reavivar a Estrada Real, cujo objetivo foi fortalecer os aspectos histórico e turístico ao trajeto, instalaram totens nos acostamentos das respectivas estradas, dando caráter oficial, revigorando a memória dos Caminhos. Ayer (2017), em sua viagem de bicicleta pela Estrada Real, confirmando a sinalização do Caminho Novo e Velho, assim descreve:

Ao sair de Cruzília, depois de dois quilômetros de subida pelo asfalto, quebrei à esquerda para um caminho de chão (...). Peguei um trecho do percurso oficial da Estrada Real, que se reconhece logo na entrada pelos marcos de concreto que pontuam o percurso, identificados por um mapa esquemático com traçados do Caminho Velho e do Caminho Novo, respectivamente ligando Paraty e Rio de Janeiro a Ouro Preto e o prolongamento no chamado Caminho dos Diamantes, até Diamantina (p. 3).

² A ferrovia no Brasil teve origem em 30 de abril de 1854, com a inauguração, por D. Pedro II, do primeiro trecho da linha a Estrada de Ferro Petrópolis. O trecho de Barra do Pirai, município do Rio de Janeiro, em 1864, linha que seguiria para Minas Gerais, atingindo Juiz de Fora em 1875. Representou grande entroncamento do Brasil. Em 1872 foi criada a Estrada de Ferro Oeste de Minas, chegando a São João del Rei. (GIESBRECHT, 2021).

³ O Instituto Estrada Real é uma instituição sem fins lucrativos, criada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) com finalidade de valorizar o patrimônio histórico cultural, estimular o turismo, a preservação e a revitalização dos entornos das antigas Estradas Reais remanescentes. São mais de 1.600 quilômetros de extensão e 300 anos de história.

FIGURA 2- Caminho Velho, Paraty, RJ.



Foto: Ida Sartori, 2021

FIGURA 3- Marco Inicial do Caminho Velho, Paraty, RJ



Foto: Célia Lucena, 2021

FIGURA 4- Caminho Velho, Prados, MG.



Foto: Ida Sartori, 2021.

Segundo Adolfo Pereira (2003), morador de Cruzília, autor de livros e projetos culturais:

A Estrada Real é ainda um ideário. Era para ser um grande circuito turístico e histórico de Paraty a Ouro Preto. Idealizou-se muito, mas investiu-se pouco. Não se implementou uma infra-estrutura para o turismo. Aqui em Cruzília tem fazendas interessantíssimas, mas muita dificuldade de visitá-las. Alguns pontos são quase inacessíveis (PEREIRA, 2003).

Os espaços por meio de alegorias dos repertórios cultural e artístico apontam características próprias de cada lugar. Os lugares já consagrados, tais como Paraty, Tiradentes, São João del Rey e Ouro Preto, ao valorizar a memória, a tradição e a identidade locais anunciam resíduos do passado por meio de discursos de preservação do casario histórico e manutenção de museus e casas de cultura. Mesmo diante de falta de infraestrutura em alguns trechos da Estrada Real, o roteiro está cada vez mais solicitado e cada dia mais procurado por candidatos que se aventuram a fazer o trajeto a pé, de bicicleta ou de carro (OLIVEIRA, 2020).

Nessa direção, este artigo pretende conferir as representações que narradores constroem das memórias e da história da memória, as maneiras pelas quais o significado do passado foi construído ao longo do tempo nas subjetividades dos falantes, em espaços e lugares situados ao longo do Caminho Velho (PORTELLI, 2018). Nessa perspectiva, uma pluralidade de vozes permitiu recuperar os sentimentos históricos e os significados que permeiam os repertórios culturais dos espaços e cidades.

A arte de conversar

A arte de conversar, no decorrer dos tempos, faz com que o contar e o recontar possibilitem a construção da história da memória, relação que toma forma na narração oral. A pesquisa de campo, por meio de diálogos com moradores, permitiu conectar memórias e histórias. Dessa maneira, foram muitas narrativas e causos a serem ouvidos.

A investigação resultou de uma viagem, em trechos oficiais e não oficiais da Estrada Real, realizada desde a cidade de Paraty (RJ) à cidade de Tiradentes (MG), passando pelos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Com intuito de buscar significados e subjetividades nos falantes foi possível realizar coleta de relatos, por meio de uma relação dialógica, informação dos eventos do passado no presente junto a alguns narradores em diversos pontos da Estrada Real. Inicialmente, uma das hipóteses da pesquisa apontava conferir o legado das práticas alimentares, enquanto patrimônio imaterial, porém, antes de dar início ao percurso pelo Caminho Velho, ou seja, ainda em Paraty a trajetória dos escravizados na Estrada Real e suas relações com a aguardente se tornou tema das conversas. A exclamação “Paraty exala cachaça”, feita por um morador, provocou a inclusão de mais perguntas no roteiro de investigação, com intuito de conferir representações de aguardentes contida nos vestígios orais. Os Caminhos do Ouro ofereceram trilhas para os africanos se deslocarem do litoral ao contexto da mineração e no sentido inverso, transportarem mercadorias aos portos fluminenses, tarefa feita por algum tempo nas costas de escravizados, depois substituídos por mulas.

As vozes ouvidas na atualidade são lembranças que revelam os acontecimentos do passado e seus significados no presente e, sem dúvida, afetadas por reconstruções de épocas anteriores. A memória do indivíduo depende de seu relacionamento com grupos de convívio, o que leva ao estudo dos “quadros sociais da memória”, assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial (HALBWACHS, 1990; BOSI, 1983).

A investigação com seu caráter dialógico, produz uma narrativa em co-autoria, por meio de uma conversa infindável entre entrevistador e entrevistado, em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo. A entrevista é uma troca de olhares, “a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo” (PORTELLI, 2010, p.20). Nessa direção, por meio do diálogo, são afloradas as artes de lembrar, inventar, narrar e ouvir (LUCENA, 1997). No ato da rememoração, a subjetividade é um dos elementos constitutivos no ato da lembrança. As identidades culturais podem ser produtos ou até invenções, mas o processo de formação de identidade convém ser visto como uma construção coletiva.

A identidade coletiva é aquilo que poderia ser chamado de memória social, a imagem do passado de um grupo é compartilhada pelos membros desse grupo. Quem somos depende de quem fomos. No entanto, há uma curiosidade importante envolvida aqui: quem pensamos que fomos depende de quem pensamos ser (BURKE, 1995, p. 93).

A viagem à Estrada Real reforça um aprendizado por meio de histórias ouvidas e lidas em livros de memorialistas, enfim, história da memória e outras histórias. Histórias são repetidas não só algumas frases, mas episódios inteiros. Há uma aproximação das linguagens falada e escrita no conteúdo das memórias. Os relatos individuais aglutinam memórias socialmente compartilhadas, tratando-se de uma construção coletiva, sobre os caminhos que corriam em direção à exploração de minérios, o papel das vilas no passado e hoje, os causos e dificuldades de outrora e atuais, a busca de elementos turísticos para incrementar o roteiro. Em suma, foi preciso sair ganhando nos lugares visitados, sem perder nada, enfatizando o sistema das relações sociais e memórias dos espaços. O lugar social induz um comportamento prático, no qual todo usuário se ajusta ao processo de reconhecimento e de construção de identidade.

As performances remontam a tempos antigos. Vale conferir o repertório do passado no presente; nessa perspectiva leva-se em conta o sentimento de pertencimento das pessoas aos lugares e as sensibilidades colhidas por meio das memórias refletem as representações dos protagonistas que imprimem significados aos vestígios orais. Foi fácil notar que as representações contidas em alguns enredos, dos guardiões da memória de diferentes locais da Estrada Real, revelavam elementos repetitivos em suas narrativas. Trata-se da modalidade que podemos denominar de repetição de memórias.

Quando o tema da conversa é sobre sabores adocicados, vem à tona uma história repetida sobre a prática das doceiras em fazer exposição em suas janelas, deliciosos pratos

de doces para serem vendidos. Muito comum passarem garotos apanhando guloseimas. Em resposta ao gesto, ouvia-se a exclamação: “Pede moleque, não pega”. A expressão usada com o verbo pedir conferiu à iguaria apetitosa a denominação de “pé-de-moleque”. Essa narrativa foi contada e recontada nas cidades de Paraty, Tiradentes e São João del Rey, especificamente por guias e vendedores(as) de doces; sempre com histórias prontas a serem repetidas junto aos visitantes. Também recebe a denominação de pé-de-moleque o calçamento existente em ruas das cidades históricas, remanescente da época do ouro. “

A narrativa de uma vida faz parte de um conjunto de narrativas que se interligam, está incrustada na história dos grupos sociais dos quais os indivíduos adquirem sua identidade” (CONNERTON, 1999, p. 24).

. Foi um tempo de ouvir narrativas, dias de escuta, de leitura contextual e momentos de *observação in loco*. Sendo assim, para entender os contextos históricos foi necessário inventariar os momentos vividos, as visitas aos lugares e os diálogos construídos nos espaços e caminhos. Uma viagem permeada de cheiros de refogados, de paladares picantes e adocicados, de degustação de cachaça, de musicais e de sons de sinos que marcam tempos históricos. Tanto no Caminho do Ouro, como nas cidades analisadas, mesclam resíduos de diferentes tempos, práticas culturais transferidas do tempo da mineração e outras incorporadas no decorrer do tempo.

Cachaça e escravizados em tempo colonial

Junto ao Caminho do Ouro, desde cedo, foram aparecendo as “engenhocas”, a maioria, clandestinas, sem aparelhagem à produção de açúcar, dedicavam-se à produção de cachaça e rapadura (SOUZA, 2004), produtos que, em tempo colonial, já foram inseridos na alimentação brasileira. Os escravizados, diante de uma situação de extrema espoliação nas formas de viver, encontravam apoio no uso de aguardente.

Quando a investigadora, em visitas a alambiques, faz a pergunta sobre o porquê dos diferentes nomes que a bebida recebeu, entre eles: aguardente, pinga, caninha, branquinha, purinha, cachaça, parati, jeribita, rapidamente encontram-se narrativas.

Patrícia Navarro, do Engenho D’Ouro, buscou uma explicação para a origem da palavra pinga:

Uma lenda fala que a cachaça foi criada no engenho, fazendo melado quando começou a evaporar, pingava do telhado. Aí começou a falar de

pinga, caía pingos nas costas dos escravos, uma água que ardia, daí o nome de pinga.

Com relação à origem do nome cachaça, Câmara Cascudo é enfático:

(...) o nome viera da Espanha, *cachaza* onde significava um vinho inferior, obtido com as borras da primeira fermentação nas cubas. Era forte, esperto, sacudidor e em Portugal faziam-no nas herdades fidalgas na primeira metade do século XVI (CÂMARA CASCUDO, 2004, p. 775).

Os nomes aguardente e cachaça se confundiram numa recíproca de sinônimos. E a aguardente passa a ser usado na compra de produtos e de africanos. Câmara Cascudo (2014) confirma a cachaça como moeda de troca e como alimento complementar:

Aguardente da terra, a futura cachaça era indispensável para a compra do negro africano e ao lado do tabaco em rolo, uma verdadeira moeda em circulação. Além de ser jubilosamente recebida pelo vendedor na Costa d'África, figurava necessariamente como alimento complementar na trágica dieta das travessias do Atlântico. O escravo devia forçosamente ingerir todos os dias doses de aguardente, para esquecer, aturdir-se. Resistir. Soldados e marinheiros através do oceano serviam álcool. Era um preventivo (p. 17).

Os escravizados negros eram reexportados por alguns elementos de troca, tais como: ouro em pó e em moeda, barbatanas e óleo de baleia, couro, carne seca. As exportações para Angola eram de açúcar, aguardente de cana, farinha de mandioca, arroz, tabaco, telhas, doces, ouro trabalhado, sapatos e botas (BOXER, 1969).

A dieta alimentar utilizada na travessia do Atlântico perdurou em terra firme, assim os alambiques passaram a fazer parte do cenário colonial, pequenos engenhos coloniais, criados com consumo vinculado às camadas mais baixas da população. Assim, cada engenho, carrega sua história, ligações familiares e simbologias dos lugares.

No período colonial a bebida usual era a cachaça, oferecida aos escravizados como incentivo ao trabalho, como remédio, como fortificante, até mesmo como prêmio. A cachaça foi consumida pelos mais pobres, enquanto o vinho era bebida da cidade, ou seja, bebida de rico. Os vinhos eram importados de Portugal, principalmente das ilhas portuguesas e apreciados pelo valor terapêutico.

A medicina popular tomou a cachaça como base para diferentes medicamentos e diferentes males e doenças (SOUZA, 2004). Néia Regineia, condutora de charrete na cidade de Tiradentes, lembra: “não existia anestesia, então a cachaça era usada para reduzir dores e também, na ocasião de extração de dentes”. Segundo Flandrin (2003), durante o século XVIII, essa crença era compartilhada por outros países, como a França:

(...) um médico atribuía ao aguardente o poder de proteger contra as doenças, cicatrizar feridas, facilitar a digestão, proteger do frio e da fadiga dos trabalhos pesados e, principalmente, de fazer com que se comece bem o dia (p. 606).

O consumo da cachaça era alto no litoral brasileiro, havia um consumo excessivo entre soldados, marinheiros e escravos. O alcoolismo fora então apontado como um problema grave no Rio de Janeiro. Leva-se em conta que o alcoolismo condenado era o praticado por pobres e escravizados. Em 1660, para inibir a produção da cachaça e valorizar a comercialização da bagaceira europeia, foi estabelecido um excessivo imposto cobrado dos fabricantes de aguardente do Rio de Janeiro, que, insatisfeitos, se rebelaram, provocando a “Revolta da Cachaça”. Em novembro de 1660, senhores de engenho exigiam o fim da cobrança das taxas. Durante a rebelião casas foram saqueadas e aclamado novo governador. Em 1661 foi liberada a produção da cachaça incrementando o tráfego com Angola e a economia fluminense, sendo a proibição revogada em 1665 (BRITO, 2016).

Leonam Pereira, proprietário de alambique, em sua narrativa faz menção à história ouvida em Ouro Preto:

A cachaça é a bebida preferida pelos mineiros. Todo final de semana, na roda de amigos, oferece o cafezinho e depois a cachaça. No século XVIII já existiam alambiques, quando estive visitando Ouro Preto me contaram que na época do ouro eles viciavam os escravos para que eles suportassem os trabalhos.

A relação entre escravizados, cachaça e a Estrada Real foi se estreitando no decorrer da investigação. Há um uso eloquente de repetição, nas imagens construídas tanto em narrativas, como em textos literários e musicais, confirmando o uso da cachaça em tempo colonial. A seguir, vale conferir os modos de vida em alguns dos espaços e lugares, os significados das memórias em tempos sobrepostos e de senti-los. O estudo dos lugares encontra-se no confronto das memórias e histórias da memória.

Identidades culturais e resíduo cultural

Junto aos pontos de mineração surgiram povoações, por conta da chegada de aventureiros, bandeirantes atraídos pelo ouro, encontrado quase sempre junto dos leitos de rios e ribeirões. Em curto espaço de tempo surgiram núcleos urbanos com sólidas edificações públicas e religiosas, além de imponentes sobrados. O percurso da Estrada Real registra

inúmeros espaços e lugares: cidades, casarões de fazendas, alambiques, lugarejos, registros vivos da época da mineração, assim como igrejas, capelas, museus, chafarizes, becos, pontes e espaços de concertos e musicais. A arquitetura perdura como patrimônio material em cidades e no meio rural, enquanto as manifestações artísticas e religiosas, hábitos, costumes, festejos, alambiques e práticas alimentares apontam os modos de vida emblemáticos como patrimônio imaterial ou intangível. Os espaços e paisagens são produtos de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos. O lugar é onde o cotidiano tem sentido e significação na elaboração da narrativa identitária. As identidades estão localizadas nos espaços e em tempos simbólicos.

O “lugar” é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estritamente ligadas (HALL, 2015, p. 41).

As identidades mantêm suas localizações no tempo, nas tradições, nos mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas que conectam o indivíduo a eventos históricos (HALL, 2015). A complexidade cultural de um lugar se encontra não apenas em seus processos e definições sociais e tradições, mas também nas inter-relações dinâmicas, em todos os pontos do processo e suas variáveis. Assim, certas experiências, significados e valores são vividos e praticados à base do resíduo-cultural bem como social - de uma formação sócio cultural anterior. O residual foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como elemento do passado, mas como elemento efetivo do presente (WILLIAMS, 1979).

Escolha de roteiros de viagem, entrecruzamentos de caminhos, de experiências e de vozes em narrativas coletadas recuperaram lembranças vindas de longe, fazendo um ir e vir do presente ao passado. Sendo assim, povoados, trilhas e paisagens na região das cidades de Paraty, Cruzília e Tiradentes, merecem aqui breves considerações. As representações desses lugares expressam significados e valores característicos de uma formação cultural anterior. As fontes orais possibilitam ao investigador/entrevistador coletar relatos, transcrevê-los e criar um discurso multivocal e uma documentação específica dos lugares em estudo.

Paraty, sinônimo de cachaça

Paraty, por ter sido o porto de recebimento dos produtos da região mineradora, foi apontado como lugar inicial para este estudo. A partir do início de século XVIII registra-se

sua ligação ao ciclo do ouro, com a presença de um Caminho em direção às Minas Gerais e o porto assume o papel de grande entreposto comercial. Em 1702, o governador da capitania do Rio de Janeiro declarou que as mercadorias poderiam ingressar na Colônia pela cidade do Rio de Janeiro e daí dirigir rumo a Paraty, de onde seguiam para as Minas Gerais seguindo trilha indígena já existente. Destacou-se na produção de aguardentes por conta da grande plantação de cana existente na Capitania.

O núcleo de povoamento de Paraty remonta ao final do século XVI, quando a região ainda era parte da Capitania de São Vicente. A partir de 1650 várias rebeliões ocorreram visando tornar a povoação independente do município de Angra dos Reis (RIBEIRO, 2019). Em 1666 Afonso V de Portugal, por Carta Regia, deu-lhe o nome de Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. A partir de 1703 foram erguidas diversas fortificações para proteção do porto. Um impulso pela cana de açúcar, já no século XVII, fez de Paraty uma grande produtora de aguardente; registra-se que por volta de 1820 chegou a ter mais de 150 destilarias em atividade. As narrativas ouvidas em Paraty são memórias sobre a origem do lugar, a palavra Paraty sinônimo de cachaça, a presença de festas religiosas, são temas que se entrelaçam.

Bianca Paraty narra:

Paraty é uma cidade bem religiosa. O catolicismo veio com os portugueses, isso em 1666, Paraty tem 354 anos. A mistura toda da vida do caçara, da cachaça e da ciranda, que é original da cidade. Os índios Guaianás viviam aqui, foram os primeiros habitantes até os portugueses chegarem, no século XVI, começaram um povoado aqui. Foi a capela de São Roque que deu início ao povoado (...). Depois foi construída a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, que é a maior da cidade, é a matriz, Paraty segue devota a essa Santa. Aí foram construídas outras igrejas(...). Na realidade aqui era Angra - Paraty, a independência veio depois.

Tendo em vista dar continuidade aos diálogos, vale compartilhar a frase abaixo:

Onde mói um engenho, destila um alambique. Alguns engenhos dispensam o açúcar. A aguardente sustentava casa e família. Paraty, em 1666, ao redor de Angra dos Reis, vai avançando de tal ritmo que, ao passar na centúria imediata, o nome da vila é sinônimo nacional de aguardente (Câmara Cascudo, 2014, p.19).

Bianca Paraty afirma:

Por conta do Caminho do Ouro, dos engenhos, a produção da cachaça foi aumentando. Cada família tinha um alambique em casa. Paraty tinha mais de cem alambiques. A produção de cana era tão grande por isso virou sinônimo da terra da cachaça. Com a decadência do Caminho do Ouro, Paraty ficou isolada, por cem anos, mas manteve a tradição da cachaça, da

musicalidade da ciranda, da gastronomia, uma culinária caiçara, vinda do mar. A festa de São João mantém essa mistura. O Caminho do Ouro foi passagem dos escravizados, do ouro, da cana, mesmo quando ficou proibido escravizar, faziam a passagem clandestinamente (...). Meu conhecimento é vivido aqui por pessoas que contam histórias: a saída daqui pelos Guaianás, fugidos dos Tupinambás, foi pelo que é o Caminho do Ouro.

Paraty foi polo irradiador da colonização, foi porto de importância no período que ali eram escoados os minerais a serem transferidos à Metrópole. A vila exerceu a função comercial, de desembarque de africanos e também de escoamento do café durante a produção cafeeira do Vale do Paraíba (BOXER, 1969; SOUZA, 2004).

Patrícia Navarro acrescenta:

A cana de açúcar chegou no Brasil e a cachaça foi produzida no litoral. Os portugueses que trouxeram o alambique, porque já faziam a bagaceira lá. Falam que tinha 150 alambiques na região de Paraty, na época colonial, época do Caminho do Ouro. Tem canções e poemas que falam de Paraty, vou beber “parati”. Paraty é sinônimo de cachaça.

Nessa direção, a canção “Camisa Listrada” de Assis Valente, gravada por Carmen Miranda, em 1937, menciona beber “parati” como sinônimo de cachaça:

Vestiu uma camisa listrada e saiu por aí
Em vez de tomar chá com torrada ele bebeu parati
Levava um canivete no cinto e um pandeiro na mão
E sorria quando o povo dizia: sossega leão, sossega leão (VALENTE, 1937).

A cachaça Coqueiro é produzida no Engenho D’Água, na Fazenda Cabral. Angelo Mello fala com orgulho sobre a ligação do alambique com sua família: “(...) o engenho começou com meu tataravô, em 1803”. O engenho permaneceu anos junto do Cais, onde foi originalmente instalado, em um antigo casarão, após a venda do terreno, o alambique foi transferido para o bairro do Cabral. Angelo declara: “(...) em companhia de meu irmão Eduardo, sou a quinta geração junto ao engenho, vi meu avô Antonio Mello e agora meu pai Eduardo Mello, o cacique máster aqui, na ativa, unidos pela cachaça”. O Engenho com mais de duzentos anos é referência histórica e cultural, mantém viva a tradicional festa de São João e compartilha das celebrações da Festa da Cachaça.

FIGURA 5- Capela de São João, Engenho D'Água, Paraty, RJ.

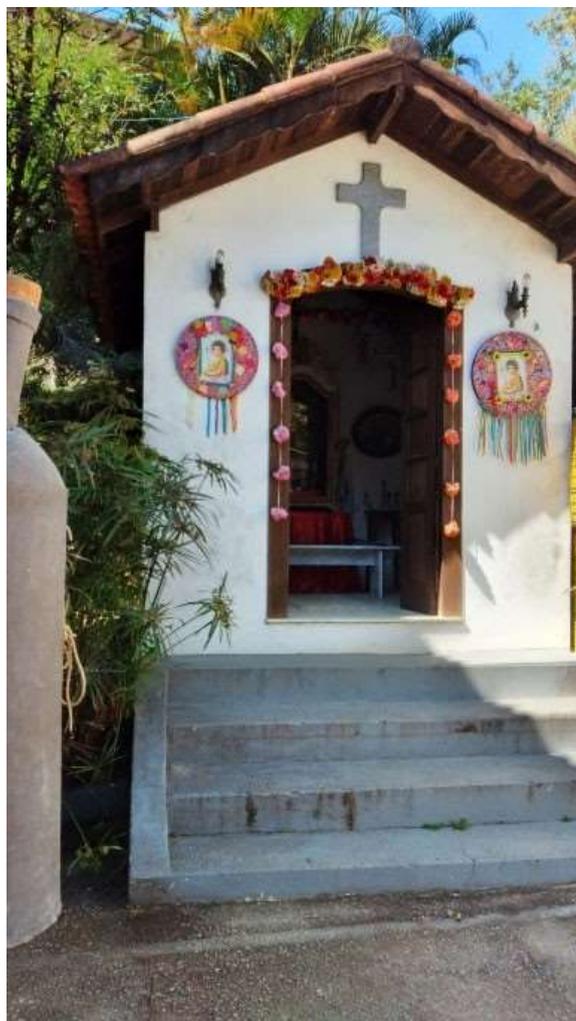


Foto: Célia Lucena, 2021

A imagem de São João foi encontrada na rede do mar, é homenageado todos os anos no dia 24 de junho, cada ano um elemento da família assume o papel de festeiro. A cachaça coqueiro transferida para o bairro do Cabral por volta de trinta anos. Um membro da família Mello exibe um mural de fotos antigas do Engenho, construído junto ao cais, em loja que vende cachaça Coqueiro no centro histórico de Paraty.

FIGURA 6- Casarão Antigo do Engenho D'Água, situado no Cais em Paraty,



Foto: Arquivo de Antonio Mello

Angelo Mello comenta sobre o projeto de recuperar o nome “Parati” para denominar aguardente:

Quando a estrada de ferro foi criada em Petrópolis, o Caminho do Ouro decaiu, não era mais utilizada essa estrada. Os alambiques decaíram. A cachaça Paraty era reconhecida, era chamada de “Parati”, tinha um grau de qualidade maior do que as outras do Brasil. Tinham as cachaças e as “Paratis”. A minha família foi a única que se manteve produzindo cachaça. As outras são mais novas. Aqui (a fazenda) é um quilombo. Estamos com projeto de resgatar a palavra “Parati” como sinônimo de cachaça, denominação de origem. A cana tem que ser plantada aqui. O projeto já está protocolado, estamos esperando resposta do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial).

O sentimento de continuidade torna-se residual nos alambiques ao redor da cidade de Paraty, mantém histórias singulares; os instalados mais recentemente passam por inovações, com linguagens mais sofisticadas acompanhando a dinâmica do lugar. Pelos caminhos mineiros, em sítios e fazendas se prioriza a destilação em alambiques artesanais, herança colonial, característica cultural da região. Patrícia Navarro explica a inovação sobre a destilação diferenciada do Engenho D'Ouro:

O Engenho D'Ouro é do ano 2000, o pai do dono queria fazer cachaça. A cana é do próprio canavial deles. Este alambique é diferenciado e único do país, tem destilação à vácuo, instalado em 2018. Esta aqui é prata e destilada a vácuo. Daqui a pouco vamos ter a ouro. Para ser ouro tem que passar dois anos nos barris de madeira, de carvalho, de grápia ou jequitibá.

Arthur Ferreira, acrescenta:

O fundador já produzia cachaça há muitos anos. Produzia de forma artesanal para família, até que o filho resolveu montar uma empresa mesmo. Muitos moradores têm o conhecimento de destilar e fazer aguardente de forma artesanal (...) A diferença entre o alambique a vácuo e o convencional, é que o a vácuo vai ser retirado todo ar do interior. Vai facilitar a destilação, ou seja, destilar em menos temperatura e evitar a queima de substâncias preciosas.

FIGURA 7- Engenho D'Ouro, Paraty, RJ



Foto : Ida Sartori, 2021

A seguir tecem-se comentários sobre o percurso em direção a Minas Gerais, tendo como paisagem a Serra da Mantiqueira composta de mirantes e de repertórios culturais.

Cruzília, lugar de encruzilhada

Rumo a Tiradentes, um lugar de parada, marcado como encruzilhada de estradas, é a cidade de Cruzília, com histórias coloniais ligadas às fazendas centenárias, aos levantes de escravizados, aos alambiques e laticínios. Os espaços percorridos de Paraty a Tiradentes, são semeados de mirantes; chamou atenção a região de encruzilhada, onde se situa a cidade de Cruzília, município emancipado em 1948. O nome teve origem no fato de um povoado ser localizado ao lado da encruzilhada por onde passavam bandeirantes, mineradores, garimpeiros, tropeiros que circulavam pela Estrada Real. A localidade inicialmente

denominada de São Sebastião da Encruzilhada, ponto de atalhos no Caminho Real, espaços de fazendas históricas com casarões do século XVIII, cujos proprietários são descendentes de barões.

Adolfo Pereira (2003), em seu livro *Cronologia*, diz:

Já em 1704, desvia-se o chamado “Caminho Velho” para as Minas Gerais em local que passaria a ser chamado “Encruzilhada”, onde hoje se situa a cidade de Cruzília. Estabeleceu-se depois um atalho estendendo-se de Traituba para Carrancas até alcançar o Porto Real da Passagem, atalho este que se passou a se denominar “Caminho Real”. (p. 21)

Nesses caminhos com bifurcações encontram-se os lugares que representam áreas de experiência, inspiradas na repetição ancestral e no impulso de sentimentos históricos. São fazendas antigas, laticínios e alambiques, espaços relacionados com formações sociais anteriores e processos culturais do lugar. A criação de cavalos manga-larga marchador marca os espaços rurais mantendo vivas as lembranças do passado. Vale registrar que a cidade de Cruzília ostenta com especial aparato o Museu Manga-larga Marchador.

A rebelião dos escravizados, ocorrida em 1833, no dia 13 de maio, na Fazenda Bela Cruz, na Comarca do Rio das Mortes e da Encruzilhada demonstra a hierarquia social, um movimento pré-abolicionista. Segundo a narrativa de Adolfo Pereira:

Os escravos se rebelaram dos maus-tratos, pensavam em montar um quilombo. Na noite de 13 de maio a fazenda foi invadida por um grupo furioso de escravos revoltados. Toda a família do fazendeiro foi assassinada. Esse episódio ficou muito marcado, já estavam influenciados por pessoas locais e pelo movimento abolicionista. Em 29 de abril quatro deles foram enforcados, os escravos responsáveis pelo massacre.

O chefe da insurreição era amigo de Silvério dos Reis, com interesses políticos, incitou os escravos a se rebelarem prometendo alforria e posse de terras. Uma mobilização entre fazendeiros e autoridades locais possibilitou a captura dos escravos, o que acarretou em prisão e mortes de alguns dos envolvidos (JUNQUEIRA, 2012). As fazendas Campo Alegre e Bela Cruz (esta última ainda se encontra edificada, mas bastante modificada, no município de Cruzília) serviram de palco ao trágico acontecimento que, no plano da história, representou um marco das insurreições escravas na província de Minas Gerais e do Império. Para os descendentes dos Junqueira, um massacre, que, se pudessem, apagariam da memória. Para os escravos, representou uma tentativa desesperada e arriscada de busca da liberdade, com consequências também terríveis para dezenas deles (ANDRADE, 2016).

A rebelião de 13 de maio marcou profundamente a história dos negros escravizados na região sul de Minas, em luta pela liberdade. A memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. A lembrança de certos acontecimentos políticos, levantes, revoltas, insurreições, pode ir além da leitura crítica que os eventos provocam nas pessoas que o recordam. Os fatos se misturam com o cotidiano, dificultando a separação entre memória histórica e memória individual (BOSI, 1983).

Leão (2006) no livro “Caminho do Ouro, Caminho do Mar”, relata o percurso que fez a pé de Paraty a Ouro Preto, no ano 2000, reforçando a noção de Encruzilhada ao espaço e à permanência de caminhos com bifurcações. Diz:

Nossa atenção terá que ser redobrada pois, a exemplo da travessia da Serra da Mantiqueira na viagem pelo Caminho Novo, na Estrada Real, o trecho de agora apresenta muitas estradinhas de fazenda se bifurcando com a nossa, muitas pontes, mata-burros. O que confunde bastante. Mas todos esses detalhes fazem parte do Caminho do Ouro, e temos que trilhá-lo por inteiro (p. 227).

Cabe aqui uma visita a um alambique entre Cruzília e Baependi. Leonam Pereira, proprietário do alambique Encomenda Real, aponta o engenho com características residuais, ligadas à tradição familiar e à ligação histórica ao lugar, assim, dizendo:

São muitos os alambiques na região de Cruzília e Baependi, a maioria são pequenos e artesanais, trabalham mais com a qualidade do que com a quantidade. Meu avô chegou a ter alambique, começamos em 2011, eu e meu sócio, somos farmacêuticos. O nome do alambique é *Encomenda Real*, tentamos lincar o nome com a Estrada Real. Meu pai nasceu aqui. A casa é de pau-a-pique, tem 82 anos.

FIGURA 8- Engenho da Cachaça Encomenda Real, Cruzilia/Baependi, MG



Foto: Célia Lucena, 2021.

FIGURA 9- Casa da fazenda da Cachaça Encomenda Real, Cruzília/Baependi, MG



Foto: Célia Lucena, 2021.

Oto Junqueira, ex- produtor de cachaça, valoriza a bebida em pequena produção:

O alambique menor, o sabor é melhor. Artesanal com fogo a lenha, controlado. Depende do solo e da terra onde a cana é plantada. O barril de carvalho é o que faz a pinga. O carvalho dá o toque especial, dá um toque. É diferente!

Leonam Pereira constata: “antes a cachaça era inferiorizada, havia certo preconceito. Ela está batendo de frente com o whisky. O que mais vende é para presente. Antes era forte o preconceito”. Para o sucesso do alambique: “a cana tem que ter um açúcar alto, tem que dar corte no ano seguinte, isto é ser precoce”.

FIGURA 10- Paisagem Cruzilia, MG



Foto : Ida Sartori, 2021

FIGURA 11- Cruzilia, entreposto de laticínios, MG



Foto: Ida Sartori, 2021

FIGURA 12- Cruzilia, Igreja matriz, MG.



Foto: Ida Sartori, 2021

Existem opções de itinerários para prosseguir viagem a São João del Rey e Tiradentes. São caminhos históricos percorridos pelos bandeirantes paulistas. Cada trecho da Estrada Real ensina sobre as histórias vividas e sobre os repertórios culturais. As identidades moldam imaginários e práticas conferindo significado aos espaços e lugares. Os lugares são híbridos, mutantes, enlaçados do prosaico e do sagrado e do móvel e do imóvel (NORA, 1993).

Tiradentes: performances remontam ao século XVIII

A curiosidade pelos lugares onde a memória se consolida e se refugia está ligada a momentos particulares de outrora; dessa forma, a região da cidade de Tiradentes é marcada por histórias e memórias de abolicionistas. Tiradentes é uma das estrelas da Estrada Real, a vila colonial mantém seu casario preservado e tem ao seu redor uma atmosfera acolhedora. As vilas e cidades vizinhas são interligadas por trechos da Estrada Real, alguns com antigo calçamento preservado. Assim, os caminhos a São João del Rei, Bichinho, Prados e Coronel Xavier Chaves registram uma atmosfera do século XVIII. A cidade de Vitoriano de Veloso, conhecida por Bichinho, distrito de Prados desde 1938, preserva histórias locais, Vitoriano foi um mensageiro negro da Inconfidência.

Por volta de 1702, quando ocorreu a descoberta de ouro nas encostas da Serra de São José, deu origem a um arraial com o nome de Santo Antônio do Rio das Mortes. Em 1718, elevada à categoria de vila denominada de São José del Rei. E em 1889, recebe a cidade o atual nome de Tiradentes em homenagem ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado de Tiradentes. Segundo Nando Chaves, “a inconfidência aconteceu em Ouro Preto, mas treze inconfidentes habitavam na região, inclusive o próprio Tiradentes”

Desde 1719, a Coroa Portuguesa estava de olho nos ourives, acusados de ajudar os clientes a omitir o pagamento dos quintos reais e a falsificar moedas de ouro e ainda fundir transformando-as em outros objetos (BOXER, 1969). Em 1788, a Coroa lança a derrama exigindo o pagamento compulsório de impostos atrasados do quinto do ouro, que na ocasião somavam mais de oito mil quilos. Esse episódio fez surgir o espírito revolucionário da Inconfidência Mineira e em 1789 coube ao Tiradentes o papel de líder e mártir da Inconfidência e a cidade de São José del Rei, entre as vilas mineiras envolvidas na conspiração.

Segundo Bonuti (2017) o inventário demarca o núcleo básico de formação da vila, o composto pelo traçado que é hoje. Trilhas, becos e caminhos demarcaram sentidos no processo de ocupação da vila:

Ao longo do século XVIII, há a consolidação da ocupação a partir do eixo Matriz em direção ao Chafariz de São José, delineando a ligação da parte alta com o baixio e áreas alagadiças de serviço da Vila, dando-se o surgimento de novas ruas e a construção de pontes e igrejas. (p. 66)

FIGURA 13- Capela, núcleo urbano de Tiradentes, MG



Foto: Célia Lucena, 2021

FIGURA 14- Cidade de Tiradentes, MG.



Foto Célia Lucena, 2021

No século XVIII a Vila de São José viveu da exploração de ouro e foi um dos importantes centros produtores de Minas Gerais. Foi o lugar onde se tramou a Inconfidência Mineira. Em 1750 a população do ouro já se encontrava em declínio. Marcava o fim do avanço paulista à região mineradora e a época das bandeiras. O período setecentista foi marcado pela arte barroca, pela religiosidade, pelas histórias entre os escravizados e mineradores, por festividades e alambiques.

Souza (2004) comenta sobre os engenhos mineiros no século XVIII:

Em Minas Gerais, por exemplo, a grande produção de aguardente no século XVIII deveu-se ao mercado consumidor constituído pelas comunidades auríferas, mas teve como fator, igualmente a posição peculiar dos engenhos mineiros: sem acesso ao mercado externo, eles direcionaram sua produção para o comércio local e especializaram-se na produção de aguardente em pequena escala; exatamente o produto requerido por esse mercado (p. 57).

Nessa direção, a cachaça denominada *Século XVIII*, produzida no Engenho Boa Vista, no município Coronel Xavier Chaves, traz memórias e histórias das memórias. Francisco Chaves, ao ser interrogado, respondeu:

Sou Francisco Chaves, filho de Nando Chaves e neto de Rubens Chaves, sou a nona geração da minha família que está aqui fazendo e bebendo cachaça. O engenho entrou na minha família em 1757 quando uma tia de Tiradentes comprou a propriedade e passou para o irmão mais velho de Tiradentes. Ele ia se tornar padre e precisava de um terreno. O padre Domingos, teve uma história de vida muito bacana, era jesuíta e trabalhava com catequização. Depois foi para Salvador e deixou a propriedade para

irmã mais nova, Antonia Rita da Encarnação Xavier. Ela é bisavó do Coronel Xavier Chaves, que doou terra para fazer o município, que é bisavô do meu avô, que é o proprietário do Engenho.

A cachaça nasceu e se consolidou como um produto de baixo *status* não apenas em termos de consumo, mas também de produção. Os engenhos onde produziam aguardente foram instalados em Minas, nos primórdios do povoamento, porém sua expansão era proibida pela Coroa, por desviar a atenção da mão-de-obra. Todavia, a proibição não era seguida à risca, sendo rara a fazenda em que não havia engenho (FRIEIRO, 1966; SOUZA, 2004).

Para Francisco Chaves a cachaça é marcada como bebida do trabalhador:

Os tropeiros passavam aqui para tomar, a cachaça dá um calor no corpo, ajuda a esquentar. No Brasil Colônia era proibido produzir bebida alcoólica, daí já vem o sentimento de rebeldia e de contestamento. O alambique funcionava escondido, com tachos na frente que simulava produção de açúcar e no fundo o alambique. A caipirinha surgiu porque o escravo era proibido de beber, o chefe não deixava beber na hora do serviço. Então pegava limão, garapa para não parecer a cor da cachaça. A caipirinha do século XVIII era cachaça, limão e garapa.

A sede do Engenho Boa Vista, construído de pedras, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, guarda a paisagem de um produto histórico. Durante uma reforma foi encontrada uma pedra datada de 1717, acredita-se que seja a data da construção do engenho. Segundo Nando Chaves: “é uma cachaça diferenciada em toda região”. Mantém o prédio antigo com restaurações anuais, trabalha no engenho desde 1985, por um lado procurou sempre manter a tradição, por outro estudar o processo de destilação por meio da microbiologia da fermentação e do uso do solo para plantação da cana. O Engenho Boa Vista, classificado pela Embratur como o local mais antigo do Brasil a produzir cachaça, mantém as receitas originais e artesanais, focadas em sustentabilidade, com fogo feito com o próprio bagaço da cana e fermentação natural. Para Nando Chaves vale: “ter conhecimento de tudo para perpetuar um processo. Essa cachaça de rótulo azul é a mesma que Tiradentes tomava”.

FIGURA 15- Engenho Boa Vista, Cachaça Século XVIII, em Coronel Xavier Chaves, MG



Foto: Célia Lucena, 2021.

FIGURA 16- Praça de Coronel Xavier Chaves, MG.



Foto: Célia Lucena, 2021.

As identidades moldam imaginários, ações, desejos em perpetuar práticas culturais e conferem significado e ressignificações às vidas e dão sentido à história local.

Para Hall (2003):

Possuir identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal ligando ao passado o futuro e o presente, numa linha interrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de tradição, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua autenticidade. É claro, um mito - com todo o potencial real de nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido às nossas histórias (p. 29).

Dessa maneira, experiências, significados e valores do século XVIII são vividos e praticados. O sentimento de continuidade histórica torna-se residual aos locais. Diante do trabalho de tradição seletiva, prevalece a repetição ancestral movida por um sentimento histórico profundo. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente junto das representações históricas do passado. A memória é afetiva, mágica, se alimenta de lembranças particulares, coletivas, simbólicas, flutuantes, porém sensíveis (NORA, 1993).

Comentários finais

Deixo aqui a última prosa, quiçá a penúltima, pois vale em outro momento aprofundar algumas questões e retomar viagens em outros trajetos dos Caminhos do Ouro e dos Diamantes. Os caminhos da Estrada Real testemunham uma época e registram resíduos. É lugar de uma aprendizagem cultural, social e política, introduz de maneira poderosa às lições cotidianas, à singularização e identidades dos espaços sociais.

A mineração possibilitou a transposição do papel político de Pernambuco e Bahia para Minas Gerais e Rio de Janeiro, isso já se efetivava por volta de 1750, sendo a capital transferida de Salvador para São Sebastião (Rio de Janeiro) em 1763. A expansão dos Caminhos da Estrada Real consolidou um significativo movimento de apropriação do interior brasileiro e de sua integração com a faixa litorânea, fundamentais na história do povoamento e da colonização (SANTOS, 2012). Dessa maneira, a descoberta das minas provocou o deslocamento das populações costeiras para o sertão. A população recebeu algum socorro, algumas famílias saíram do sufoco, mas não serviu para deixar a classe média próspera, tampouco trouxe uma melhoria de vida à classe pobre (BOXER, 1969).

A Estrada Real são caminhos que conduzem a lugares-relíquias, marcados com uma arquitetura que desenhou e decorou igrejas, casas e casarões dando origem a vilas, cidades e a manifestações religiosas, artísticas e culturais singulares. As maneiras de fazer, de celebrar, de alimentar e o consumo de bebidas alcólicas, praticado por tropeiros, viajantes, mineradores e escravizados que transitaram pela região aurífera deixaram um legado culinário constituído de cozinhas com receituários regionais, da presença da cachaça, que fazem parte dos códigos da linguagem e das práticas dos lugares.

Dessa forma, histórias expressaram memórias coletivas, numa tentativa de reconstruir o passado com dados emprestados do presente. São histórias construídas na repetição ancestral, memórias acumuladas em temporalidades. Os lugares e espaços na Estrada Real são âncoras da identidade social e coletiva, são signos que marcam o processo histórico colonialista. Na construção de representações os narradores realizam ressignificação dos repertórios culturais, a fim de assegurar, justificar e reforçar a representação identitária do lugar. O processo de deslocamento entre passado/presente, ausência/presença, representação/repetição permite à realidade uma ilusão de presença, por meio de um efeito multivocal de memórias entrelaçadas. Na elaboração das narrativas, cujo encadeamento se realiza pela alocação de imagens que “falam” do sentimento vivido e recebido de gerações anteriores, cujas representações dão sentido “ao estar aqui hoje” e dão continuidade à manutenção de espaços físicos e simbólicos que registram a história dos lugares e a construção de outras histórias.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marcos F. *Massacre em Carrancas*. 2016. Disponível em: www.historia.uff.br/impressões_rebeldes/?temas=massacre-em-carrancas. Acesso em: 05 set. 2021.

AYER, Mauricio. *Cachaça da roça em caminho de tropeiro: molhando a palavra*. 2017. Disponível em: net/mauricioayer. Acesso em: 26 set. 2021.

BONUTI, Luciana A. *Meu jardim virou praça: olhares locais sobre Tiradentes/MG*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Quero, 1983.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Nacional, 1969.

BRITO, Karine F. *Revolta da Cachaça*. 2016. Disponível em: [Infoescola.com/historia-do-brasil/Revolta da Cachaça](http://Infoescola.com/historia-do-brasil/Revolta%20da%20Cachaça). Acesso em: 12 out. 2021.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: UNESP, 1995.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Prelúdio da cachaça*. São Paulo: Global, 2014.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Portugal, Oeiras: Celta Editora, 1999.

FLANDRIN, Jean-Louis. A alimentação camponesa na economia de subsistência. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966.

GIESBRECHT, Ralph M. *Estações Ferroviárias do Brasil*. 2021. Disponível em: estaçõesferroviarias.com.br/efeb_rj_linha_centro/barpira.htm. Acesso em: 5 out. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO, 2003.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Estrada_Real. Acesso em: 5 set. 2021.

JUNQUEIRA, Francisco D. M. *Bela Cruz (rastros de uma memória 1810-2010)*. Cruzília, MG: Edição do autor, 2012.

LEÃO, Flávio. *Caminhos do ouro, caminhos do mar*. Belo Horizonte: Quanta, 2006.

LUCENA, Célia. *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

MELLO, Claudio P. *O caminho do ouro redescoberto*. 2018. Disponível em: Cafehistoria.com.br/o-caminho-do-ouro-redescoberto. Acesso em: 20 ago. 2021.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Rev. Projeto História*. São Paulo: PUC, Educ, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Silvia. *Estrada Real: um guia completo para percorrer o caminho mais famoso do Brasil Colonial*. 2020. Disponível em: Matraqueando.com.br/estrada-real-como-percorrer-o-caminho-mais-famoso-do-brasil-colonia. Acesso em: 05 set. 2021.

PEREIRA, Adolfo M. *Cronologia quase trovada de São Sebastião da Encruzilhada*. Campinas: Komedi, 2003.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Living voices: the oral history, interview as dialogue and experience. *The Oral History Review*, v. 45, n. 2, p. 239-248, 2018.

RIBEIRO, Flávia. *Descubra a história de Paraty*. 2019. Disponível em: www.viagenseoutrahistorias.com.br. Acesso em: 23 set. 2021.

SANTOS, Márcio. *Estrada Real: a história do Brasil passa por aqui*. 2012. Disponível em: www.Tiradentes.net/estradareal.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOUZA, Ricardo L. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. In: *Estudos Históricos, Alimentação*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 56-75, jan./jun. 2004.

VALENTE, Assis. *Camisa listrada* [música]. 1937. Disponível em: <https://m.letras.mus.br.assisvalente>. Acesso em: 01 set. 2021.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Fontes orais

CHAVES, Francisco (24 anos). Entrevista realizada no Engenho Boa Vista, no município de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais em 23-08-2021.

CHAVES, Nando (59 anos). Entrevista realizada no Engenho Boa Vista, no município de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais em 23-08-2021.

FERREIRA, Arthur Vinicius de Faria (19 anos). Entrevista realizada no Engenho D'Ouro, no município de Paraty, Rio de Janeiro, em 19-08-2021.

JUNQUEIRA, Oto Arantes (79 anos). Entrevista realizada no Museu Manga-larga, na cidade de Cruzília, Minas Gerais em 27-08-2021.

MELLO, Angelo (35 anos). Entrevista realizada na Destilaria Engenho D'Água/Cachaça Coqueiro, município de Paraty, Rio de Janeiro em 20-08-2021.

NAVARRO, Patrícia Edith (47 anos). Entrevista realizada no Engenho D'Ouro no município de Paraty, Rio de Janeiro em 19-08-2021.

PARATY, Bianca (25 anos). Entrevista realizada na Destilaria Engenho D'Água/Cachaça Coqueiro, no município de Paraty, Rio de Janeiro, em 20-08-2021.

PEREIRA, Adolfo Maurício (68 anos). Entrevista realizada na cidade de Cruzília, Minas Gerais, em 27-08-2021.

PEREIRA, Leonam Oliveira (35 anos). Entrevista realizada no Alambique Encomenda Real, Cruzília/Baependi, Minas Gerais, em 27-08-2021.

REGINEIA, Néia (30 anos). Entrevista realizada com condutora de charrete, realizada na cidade de Tiradentes, Minas Gerais, em 24-08-2021.

Agradecimentos

As entrevistas mencionadas acima foram coletadas pela autora. Aproveita-se para registrar agradecimentos aos narradores por cederem vivências e lembranças. A entrevista instituiu aqui uma bipolaridade dialógica, possibilitou uma troca de olhares.